

---

**TJDFT**


---

DIREITO PENAL. PORTE DE DROGA. USO PRÓPRIO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADOS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NÃO CARACTERIZADO. (TJDFT. APELAÇÃO CRIMINAL NO JUIZADO ESPECIAL 20120110557373APJ. SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: AISTON HENRIQUE DE SOUSA. JULGAMENTO EM 23/04/2013)..... 35

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. CRIME AMBIENTAL. PICHANÇA (ARTIGO 65, LEI 9.605/98). PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL. VÍCIO PROCEDIMENTAL INEXISTENTE. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJDFT. APELAÇÃO CRIMINAL NO JUIZADO ESPECIAL 20110910158765APJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUÍZA: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA. JULGAMENTO EM 23/04/2013)..... 37

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. CRIME DE AMEAÇA. ELEMENTOS DE CONVICÇÃO HÁBEIS A ENSEJAR DECRETO CONDENATÓRIO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVA DE DIREITOS CONSISTENTE EM PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EM FAVOR DA VÍTIMA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. OBSERVÂNCIA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJDFT. APELAÇÃO CRIMINAL NO JUIZADO ESPECIAL 20101010038389APJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUÍZA: DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA. JULGAMENTO EM 23/04/2013)..... 40

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE AMEAÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE ABSOLUTA. PRINCÍPIO DA

IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ OBSERVADA. PRELIMINAR REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADA. TIPICIDADE CONFIGURADA. PROVA SUFICIENTE PARA CONDENAÇÃO. ABSOLVIÇÃO INCABÍVEL. ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. VARA DE EXECUÇÕES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. **(TJDFT. APELAÇÃO CRIMINAL NO JUIZADO ESPECIAL 20110610132034APJ. PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI. JULGAMENTO EM 09/04/2013)**..... 43

JUIZADOS ESPECIAIS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE. ATENTADO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL CONFIRMADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO AFASTADA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS. PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA EM AUDIÊNCIA AFASTADA EM FACE DO NÃO COMPARECIMENTO DO RÉU À RESPECTIVA AUDIÊNCIA, EM QUE PESE TER SIDO PREVIAMENTE INTIMADO; E DA FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS ALEGADOS PREJUÍZOS. TRANSAÇÃO PENAL NÃO OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM RAZÃO DO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SUBJETIVOS PREVISTOS NA LEI 9.099/95. ABSORÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 3º, ALÍNEA “A”, DA LEI 4.898/1965, PELO DELITO INSCULPIDO NO ARTIGO 4º, ALÍNEA “A” DA REFERIDA LEI. REVISÃO NA DOSIMETRIA. EQUÍVOCO NA FIXAÇÃO DA PENA. EXTIRPAÇÃO DAS PENAS COMINADAS EM RELAÇÃO AO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 3º, ALÍNEA “A” DA LEI 4.898/1965. NÃO INCIDÊNCIA DO CRITÉRIO ESPECIAL DA PENA INSERTO NO ARTIGO 60, § 1º, DO CPB. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. **(TJDFT. APELAÇÃO CRIMINAL NO JUIZADO ESPECIAL 2009.06.1.008139-7. SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL. JUIZ: JOÃO FISCHER. JULGAMENTO EM 02/04/2013)**..... 45

---

**TJRJ**


---

**SENTENÇAS**

SUPOSTO AUTOR DO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 309 DO CTB (FALTA DE HABILITAÇÃO PARA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR) E QUE SE LESIONA GRAVE E PERPETUAMENTE NO ACIDENTE DE TRÂNSITO, EM QUE FOI CONSTATADA A AUSÊNCIA DA SUA CNH - DESNECESSIDADE DA APLICAÇÃO DE QUALQUER MEDIDA DESPENALIZADORA, EM RAZÃO DE A VIDA JÁ TER SE ENCARRREGADO DA PUNIÇÃO - TRANSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA FACE APLICAÇÃO DO PERDÃO JUDICIAL NO DELITO DE TRÂNSITO. (TJERJ. PROCESSO Nº 0042345-76.2011.8.19.0038. I JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE NOVA IGUAÇU. JUÍZA: ROSANA NAVEGA CHAGAS. JULGAMENTO EM 03/03/2013) ..... 53

CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO, COM AUTORIZAÇÃO E ATESTADO DE BOA QUALIDADE DA ÁGUA, FORNECIDOS PELAS AUTORIDADES MUNICIPAIS E EM LOCAL NÃO ABASTECIDO PELA COMPANHIA X - INEXISTÊNCIA DO CRIME AMBIENTAL PREVISTO NO ARTIGO 60 DA LEI 9.605/98, POR AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ÀS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES - TRANSAÇÃO PENAL NÃO HOMOLOGADA PELA AUSÊNCIA DE TIPIFICAÇÃO NA CONDUTA DO SAF, ALÉM DE SUA BOA-FÉ E DA INEXISTÊNCIA DE RISCO NA ATIVIDADE. (TJERJ. PROCESSO Nº 0140762-64.2011.8.19.0038. I JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE NOVA IGUAÇU. JUÍZA: ROSANA NAVEGA CHAGAS. JULGAMENTO EM 30/11/2012)..... 55

REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JURISDICIONAL ADVINDA DO JUÍZO CÍVEL. ATIPICIDADE DA CONDUITA. PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO QUE POSSUI COERCITIVIDADE SUFICIENTE PARA MINISTRAR EFETIVIDADE ÀS SUAS DECISÕES, SEM NECESSIDADE DE SE BUSCAR O DIREITO PENAL, O QUE EM ÚL-

TIMA ANÁLISE, POR VIA INDIRETA, VIOLA O DISPOSTO NO ARTIGO 5º, INCISO LXVII, DA CRFB. (TJERJ. PROCESSO Nº 0002774-33.2012.8.19.0210. X JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. JUIZ: JUAREZ COSTA DE ANDRADE. JULGAMENTO EM 13/11/2012)..... 60

ARTIGO 309 DO CÓDIGO PENAL – EXISTÊNCIA DE MANDADO DE PRISÃO - PREVARICAÇÃO A UM SUBORDINADO - NENHUM RANÇO DE PRÁTICA DELITIVA - CONCESSÃO DO HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. (TJERJ. REFERENTE AO INQUÉRITO POLICIAL Nº 0008/2011-14 DA POLÍCIA FEDERAL. X JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. JUIZ: JUAREZ COSTA DE ANDRADE. JULGAMENTO EM 29/03/2011) ..... 65

PESSOAS NAMORANDO NO INTERIOR DE VEÍCULO, EM LOCAL ERMO, ÀS 23.30 HORAS - INEXISTÊNCIA DO CRIME DE ATO OBSCENO PREVISTO NO ARTIGO 232 DO CÓDIGO PENAL - PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME É NECESSÁRIO O LOCAL PÚBLICO, BEM COMO A EXPOSIÇÃO AO PÚBLICO - NÃO É LUGAR EXPOSTO AO PÚBLICO O INTERIOR DE VEÍCULO ESTACIONADO EM LOCAL ERMO - TRANSAÇÃO PENAL NÃO HOMOLOGADA POR AUSÊNCIA DE TIPIFICAÇÃO. (TJERJ. PROCESSO Nº 2008.038.049678-6. I JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE NOVA IGUAÇU. JUÍZA: ROSANA NAVEGA CHAGAS. JULGAMENTO EM 19/05/2009)..... 68

## DECISÕES DAS TURMAS RECURSAIS

AUSÊNCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO PREVISTA NO ARTIGO 89 DA LEI 9.099/95. PODER-DEVER DO MINISTÉRIO PÚBLICO. OCORRÊNCIA DE NULIDADE. POSSIBILIDADE NA AÇÃO PENAL PRIVADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. (TJERJ. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0000894-56.2010.8.19.0022. SEGUNDA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCELO CASTRO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA. JULGAMENTO EM 26/04/2013) ..... 70

APELAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA EM CONTRAVENÇÃO PENAL POR VIAS DE FATO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS CONSISTENTE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. SENTENÇA QUE NÃO OBSERVOU O DISPOSTO NO ARTIGO 46, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO QUANTO A NÃO SUBSTITUIÇÃO POR MULTA. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA PARA SUBSTITUIR A PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE POR MULTA. **(TJERJ. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0005555-17.2010.8.19.0204. SEGUNDA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCELO CASTRO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA. JULGAMENTO EM 30/11/2012)**..... 75

APELAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA EM CRIME DE RESISTÊNCIA. RÉU QUE POSSUI DUAS CONDENAÇÕES COM TRÂNSITO EM JULGADO. FIXAÇÃO DA PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CABIMENTO. CONSIDERAÇÃO DE UMA DAS CONDENAÇÕES PARA FINS DE ANTECEDENTES E DA OUTRA PARA FINS DE REINCIDÊNCIA. AUMENTO DE 1/6 EM RAZÃO DA REINCIDÊNCIA. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 44, § 3º, DO CÓDIGO PENAL. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO APELO. **(TJERJ. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0000894-56.2010.8.19.0022. SEGUNDA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCELO CASTRO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA. JULGAMENTO EM 22/02/2012)** ..... 78

AÇÕES PENAIS PRIVADAS DEFLAGRADAS EM FACE DE ADVOGADO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. IMPUTAÇÃO DE CRIMES DE INJÚRIA. APLICABILIDADE DO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DA LEI 8.906/94 (ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB). CONCESSÃO DA ORDEM PARA TRANCAR AS AÇÕES PENAIS. **(TJERJ. HABEAS CORPUS Nº 2009.700.051888-8. PRIMEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCELO CASTRO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA. JULGAMENTO EM 27/09/2009)** ..... 82

## TJRO

CRIMINAL. AMEAÇA. CRIME FORMAL. PROMESSA DE MAL INJUSTO E FUTURO. IDONEIDADE DA AMEAÇA. TEMOR DA VÍTIMA. DOLO CARACTERIZADO. O DELITO DE AMEAÇA É CRIME FORMAL E INSTANTÂNEO, QUE SE CONSUMA INDEPENDENTEMENTE DO RESULTADO LESIVO OBJETIVADO PELO AGENTE, BASTANDO PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO QUE A PROMESSA DO MAL INJUSTO E FUTURO SEJA IDÔNEA E SÉRIA, INCUTINDO TEMOR NA VÍTIMA. (TJRO. Nº 0000806-27.2011.8.22.0013. TURMA RECURSAL JI-PARANÁ. JUIZ: OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR. JULGAMENTO EM 26/03/2013) ..... 85

CRIME AMBIENTAL. A VIA ADMINISTRATIVA É INDEPENDENTE DA CRIMINAL. NÃO HÁ NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA PROSSEGUIMENTO DA RESPECTIVA AÇÃO PENAL. SÃO DISTINTAS AS LICENÇAS DE OPERAÇÃO OU DE EMPREENDIMENTO E GUIA FLORESTAL, SENDO ESTA ELEMENTO NORMATIVO DO TIPO SOBRE O QUAL RECAI O CRIME TIPIFICADO NO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/98. MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CADA PEÇA DE MADEIRA. MATERIALIDADE COMPROVADA QUANTO À EXPRESSÃO "TER EM DEPÓSITO" SEM LICENÇA VÁLIDA. VENDA PRESUMIDA. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJRO. Nº 1000795-48.2010.8.22.0002. TURMA RECURSAL - PORTO VELHO. JUIZ: DALMO ANTÔNIO DE CASTRO BEZERRA. JULGAMENTO EM 21/09/2012)..... 89

CRIMINAL. DESCLASSIFICAÇÃO DE CRIME DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA A ESFERA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO CRIMINAL EXPRESSA. DECADÊNCIA. FORMALIDADE DESNECESSÁRIA ANTE A INEQUÍVOCA VONTADE DA VÍTIMA. A REPRESENTAÇÃO CRIMINAL NÃO DEPENDE DE RIGORES FORMALÍSTICOS, BASTANDO A INEQUÍVOCA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE DA VÍTIMA EM VER O AGENTE SER PROCESSADO PENALMENTE. (TJRO.

**Nº 1000617-41.2011.8.22.0010.TURMA RECURSAL JI-PARANÁ. JUIZ: OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR. JULGAMENTO EM 07/05/2012) ..... 95**

CRIMINAL. NULIDADES. INÉPCIA DA INICIAL E AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA QUANTO À EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. INOCORRÊNCIA. AFASTAMENTO. DEPÓSITO E VENDA DE MADEIRA SEM AUTORIZAÇÃO. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. HARMONIA. CONDENAÇÃO MANTIDA NOS TERMOS DO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/98. 1. NÃO HÁ O QUE SE FALAR EM NULIDADE SE A DENÚNCIA DESCREVEU TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 41 DO CPP, POSSIBILITANDO PERFEITAMENTE A COMPREENSÃO DOS FATOS E COM O EXERCÍCIO DO DIREITO DE AMPLA DEFESA DE FORMA IRRESTRITA, TAMPOUCO SE A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIA PARA INQUIRIRÇÃO DE TESTEMUNHA NÃO TROUXE NENHUM PREJUÍZO À DEFESA. 2. COMPROVADO NOS AUTOS PELA PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL QUE O AGENTE VENDEU E MANTEVE EM DEPÓSITO MADEIRA SEM LICENÇA OUTORGADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, CLARO ESTÁ QUE INCORREU NAS PENAS DO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/97, DEVENDO A CONDENAÇÃO SER MANTIDA. (TJRO. Nº 0038209-16.2009.8.22.0008. TURMA RECURSAL JI-PARANÁ. JUIZ: OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR. JULGAMENTO EM 07/05/2012) ..... 98

APELAÇÃO CRIMINAL. RECEPÇÃO CULPOSA PROVA DO CONHECIMENTO DA ORIGEM ILÍCITA DO OBJETO. DESNECESSÁRIA. PRESUNÇÃO. DESPROPORÇÃO ENTRE O VALOR DO BEM E O VALOR EFETIVAMENTE PAGO. HAVENDO APREENSÃO DO BEM SUBTRAÍDO NA POSSE DO RÉU E SE COMPROVANDO DESPROPORÇÃO ENTRE O SEU PREÇO E O VALOR PAGO PELO ACUSADO, ASSIM COMO A SITUAÇÃO DE QUEM OFERECEU O OBJETO E COMO O FEZ, INDICANDO A POSSIBILIDADE DE O APELANTE PRESUMIR TRATAR-SE DE COISA OBTIDA POR MEIO CRIMINOSO, CORRETA É A CONDENAÇÃO POR RECEPÇÃO CULPOSA. A CIÊNCIA DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM JUSTIFICARIA A CONDENAÇÃO POR RECEPÇÃO DOLOSA E NÃO CULPOSA. (TJRO.

**Nº 1000073-14.2010.8.22.0002. TURMA RECURSAL PORTO VELHO. JUIZ: MARCELO TRAMONTINI. JULGAMENTO EM 13/04/2012).....106**

---

**TJRS**

---

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CABIMENTO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. AMEAÇA. ART. 147, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. RETRATAÇÃO DA VÍTIMA ANTES DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TURMA RECURSAL CRIMINAL. 1. O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO É O RECURSO ADEQUADO PARA ATACAR DECISÃO QUE DECRETA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU, A TEOR DO ARTIGO 581, INCISO VIII, DO CPP, C/C ARTIGO 92 DA LEI N. 9.099/95, QUE PERMITE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCESSO PENAL AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. 2. EMBORA A REPRESENTAÇÃO SEJA IRRETRATÁVEL, APÓS O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA, POIS A AÇÃO PENAL JÁ NÃO MAIS ESTÁ SUBORDINADA AO INTERESSE PRIVADO E DELE SE DESVINCULA. A REGRA DOS ARTIGOS 102 DO CP E 25 DO CPP DEVE TER SUA APLICAÇÃO MITIGADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, PELA PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL. A PAR DISSO, DEVE-SE CONSIDERAR QUE A LEI N. 9.099/95, DE CARÁTER ESPECIAL, ADOTA TAL CRITÉRIO, A PARTIR DO MOMENTO EM QUE REMETE AS PARTES, NA HIPÓTESE DO ART. 79, À POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO, QUE, EM TESE, TEM O MESMO RESULTADO. ACORDO HOMOLOGADO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, COM EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PERFEITAMENTE POSSÍVEL. 3. PREQUESTIONAMENTO. SOLUÇÃO DA MATÉRIA PELA FUNDAMENTAÇÃO DO VOTO, OBSERVANDO-SE SER DESNECESSÁRIO ANALISAR-SE ARTIGO POR ARTIGO REFERIDO PELO RECORRENTE. PRECEDENTES. RECURSO IMPROVIDO. **(TJRS. Nº 71004217055. TURMA RECURSAL CRIMINAL. JUIZ: EDSON JORGE CECHET. JULGAMENTO EM 29/04/2013).....109**

APELAÇÃO CRIME. ARTIGO 305 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. FUGA DO LOCAL DO ACIDENTE. INCONSTITUCIONALIDADE. EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS, QUANDO HOUVER COMPROVAÇÃO, DE PLANO, DA ATIPICIDADE DA CONDOTA, DA INCIDÊNCIA DE CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU DA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA OU DE PROVA SOBRE A MATERIALIDADE DO DELITO, É PERFEITAMENTE POSSÍVEL, POR EQUIVALER A CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO, A DETERMINAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO POR PARTE DO MAGISTRADO. TAL NÃO IMPORTA EM VIOLAÇÃO AO COMANDO DO ART. 129, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E, TAMPOUCO, EM USURPAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL. SÚMULA VINCULANTE Nº 10 DO STF. NÃO SE CONSTITUINDO A TURMA RECURSAL CRIMINAL EM ÓRGÃO FRACIONÁRIO DE TRIBUNAL, MAS SIM EM ÓRGÃO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU, COM FUNÇÃO, NO MICROSSISTEMA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, TÍPICA DE 2º GRAU, AFIGURA-SE POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM CONTROLE DIFUSO. INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL CONSAGRADO NO ART. 305 DO CTB, POR VIOLAÇÃO A GARANTIA POSTA NO INCISO LXIII DO ART. 5º DA CF. APELO IMPROVIDO, POR MAIORIA. (TJRS.Nº 71004378105. **TURMA RECURSAL CRIMINAL. JUIZ: EDUARDO ERNESTO LUCAS ALMADA. JULGAMENTO EM 29/04/2013**) .....115

CORREIÇÃO PARCIAL. ORDINARIZAÇÃO DO RITO. INVERSÃO TUMULTUÁRIA OBSERVADA. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR POR OCASIÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR. NECESSIDADE DE RENOVACÃO DO ATO. A LEI 9.099/95 PREVÊ AOS DELITOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO A APLICAÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO, SOB PENA DE OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS PRINCÍPIOS DA ORALIDADE, INFORMALIDADE, ECONOMIA PROCESSUAL E CELERIDADE, BASILARES DOS JUIZADOS ESPECIAIS. A AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO, EM DESCONFORMIDADE COM O QUE ESTABELECE O ARTIGO 72 DA LEI Nº 9.099/95, DE DEFENSOR PÚBLICO OU DATIVO AO AUTOR DO FATOS QUE COMPARECE DESACOMPANHADO

DE ADVOGADO POR OCASIÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR, ACARRETA A NULIDADE DO ATO POR VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA. CORREIÇÃO PARCIAL DEFERIDA. (TJRS.Nº 71004381059. TURMA RECURSAL CRIMINAL. JUIZ: EDUARDO ERNESTO LUCAS ALMADA. JULGAMENTO EM 29/04/2013) ..... 124

RECURSO CRIME. DESOBEDIÊNCIA À ORDEM DE AFASTAMENTO DO LAR. ARTIGO 330 DO CP. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUCTA. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. LEI MARIA DA PENHA. NÃO CONFIGURA CRIME A DESOBEDIÊNCIA À ORDEM DE AFASTAMENTO DO LAR EMANADA DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. A SANÇÃO PREVISTA PARA TAL DESCUMPRIMENTO É A PRISÃO PREVENTIVA, EXPRESSA NA LEI 11.340/06, SEM PREVISÃO DE CUMULAÇÃO COM SANÇÃO PENAL. ADEMAIS, A NOVEL LEGISLAÇÃO SOBRE A PRISÃO PREVENTIVA – LEI 12.403/11 – MANTEVE A POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO, MEDIDA QUE SE MOSTRA MAIS EFICAZ DO QUE EVENTUAL SUBMISSÃO DO RÉU A UM PROCESSO CRIME POR DELITO QUE COMPORTA A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DESPENALIZADORAS. APELO IMPROVIDO. (TJRS.Nº 71004234860. TURMA RECURSAL CRIMINAL. JUÍZA: CRISTINA PEREIRA GONZALES. JULGAMENTO EM 29/04/2013)..... 129

APELAÇÃO CRIME. DELITO CONTRA O MEIO AMBIENTE. CAÇA PROFISSIONAL. ARTIGOS 29, §5º, E 32, § 2º, DA LEI 9.605/98 EM CONCURSO MATERIAL. PENA DE DETENÇÃO SUPERIOR A DOIS ANOS. INCOMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL. A PENA MÁXIMA PREVISTA PARA O CRIME DE MATAR, PERSEGUIR, CAÇAR, APANHAR OU UTILIZAR ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE (ART. 29, CAPUT), DECORRENTE DO EXERCÍCIO DE CAÇA PROFISSIONAL (ART. 29, § 5º, AMBOS DA LEI AMBIENTAL) ULTRAPASSA DOIS ANOS, NÃO SENDO, POIS, DELITO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. COMPETÊNCIA DECLINADA PARA O TJRS. (TJRS.Nº 71004360947. TURMA RECURSAL CRIMINAL. JUÍZA: CRISTINA PEREIRA GONZALES. JULGAMENTO EM 29/04/2013) ..... 138

## TJSC

AMEAÇA E RESISTÊNCIA – ESTADO DE EMBRIAGUEZ - INCOMPATIBILIDADE COM O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO NÃO CONFIGURANDO O DELITO DE AMEAÇA – COMPROVAÇÃO POR DEPOIMENTO DA VÍTIMA – NÃO APLICAÇÃO DO SURSIS - CONDENAÇÃO A DETENÇÃO EM REGIME ABERTO (TJSC. PROCESSO Nº 038.02.047869-8. QUINTA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: DÉCIO MENNA BARRETO DE ARAÚJO FILHO. JULGAMENTO EM 26/03/2003).....141

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL – SURSIS PROCESSUAL – REVOGAÇÃO – NECESSIDADE DE SE OPORTUNIZAR A JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA - NULIDADE DECLARADA DE OFÍCIO. (TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2011.301525-9. QUINTA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 21/03/2013) .....146

MULTA SUBSTITUTIVA, OU VICARIANTE – ESTIPULAÇÕES DO ART. 60, § 2.º, DO CP, DERROGADAS PELA ATUAL VERSÃO DO ARTIGO 44, § 2º - OPÇÃO DO JULGADOR ENTRE AS DUAS FORMAS DE PENAS ALTERNATIVAS, MULTA E RESTRITIVA DE DIREITO, DE ACORDO COM O CASO CONCRETO E COM OS FINS DA PENA: NECESSÁRIA PARA REPROVAR E SUFICIENTE PARA PREVENIR – HIPÓTESE CONCRETA DE MAIOR GRAVIDADE, A CONDUTA, A ENSEJAR A APLICAÇÃO DE PENA RESTRITIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, APESAR DO CRIME COMETIDO COM VIOLÊNCIA.RECURSO DESPROVIDO. (TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.501378-6. QUINTA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: DÉCIO MENNA BARRETO DE ARAÚJO FILHO. JULGAMENTO EM 11/03/2013).....148

TRANSAÇÃO PENAL – NÃO VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO À PROPOSTA MINISTERIAL - MODIFICADA A DESTINAÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. (TJSC AUTOS Nº 043.12.000079-5. VARA ÚNICA DE MONDAÍ – SC. JUIZ: ROGÉRIO CARLOS DEMARCHI. JULGAMENTO EM 29/02/2013) ..... 153

APELAÇÃO CRIMINAL – PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PRÓPRIO (ART. 28 DA LEI N. 11.343/06) – REINCIDÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO PENAL - APLICAÇÃO POR ANALOGIA AO ART. 28 DO CPP – SENTENÇA RECORRIDA QUE REJEITOU A DENÚNCIA COM BASE NO ART. 395, II, DO CPC – MATERIALIDADE, AUTORIA E CULPABILIDADE COMPROVADAS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJSC. **APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.700986-8. SÉTIMA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: OSMAR MOHR. JULGAMENTO EM 18/02/2013**)..... 155

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - TRANSAÇÃO PENAL OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – ALTERAÇÃO PELO MAGISTRADO DA PROPOSTA FORMULADA PELO PARQUET – POSSIBILIDADE EM SITUAÇÕES ESPECIALÍSSIMAS – AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA SOBRE A CONTRAPROPOSTA REALIZADA PELO OFENSOR – DECISÃO NULA- RECURSO PREJUDICADO. (TJSC. **APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.301736-6. TERCEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 08/02/2013**) ..... 159

JUIZADO CRIMINAL – TRÂNSITO – CRIME DO ART. 307, CAPUT, DO CTB – VIOLAÇÃO DA SUSPENSÃO IMPOSTA, INCLUSIVE POR DECISÃO ADMINISTRATIVA E NÃO APENAS NOS CASOS DE CONDENAÇÃO JUDICIAL - HIPÓTESE DIVERSA ENCONTRA-SE NO PARÁGRAFO ÚNICO DO DISPOSITIVO, QUE ESTABELECE PENALIDADE À VIOLAÇÃO AO CONDENADO QUE NÃO ENTREGAR A HABILITAÇÃO SUSPENSA, EM QUE EVIDENTE QUE A IMPOSIÇÃO DA SUSPENSÃO DECORRE APENAS DE DECISÃO JUDICIAL – CONDENAÇÃO IMPOSTA – SENTENÇA REFORMADA. (TJSC. **APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.501210-0. QUINTA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: DÉCIO MENNA BARRETO DE ARAÚJO FILHO. JULGAMENTO EM 29/01/2013**) ..... 164

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - TRANSAÇÃO PENAL OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – ALTERAÇÃO PELO MAGISTRADO DA DESTINA-

ÇÃO DA VERBA TRANSACIONADA PARA ENTIDADE BENEFICENTE – POSSIBILIDADE – ORIENTAÇÃO DO CNJ – RECURSO DESPROVIDO. (TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.301218-4. TERCEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 07/12/2012) ..... 168

APELAÇÃO CRIMINAL – INGRESSO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL COM APARELHO TELEFÔNICO DE COMUNICAÇÃO MÓVEL (ART. 349-A DO CÓDIGO PENAL) – DENÚNCIA REJEITADA, SOB O FUNDAMENTO DE QUE OS DESTINATÁRIOS DA NORMA PROIBITIVA SÃO OS QUE EVENTUALMENTE POSSAM INTRODUIR O APARELHO NOS ERGÁSTULOS, E NÃO OS DETENTOS, E QUE AS CONDUAS DE USAR E PORTAR CONFIGURAM APENAS FALTA GRAVE EM SEDE DE EXECUÇÃO PENAL – ENTENDIMENTO RESPEITÁVEL, ATUALMENTE SUPERADO NA JURISPRUDÊNCIA E DOCTRINA – O TIPO PENAL DO ART. 349-A DO CÓDIGO PENAL, POR SER COMUM, NÃO EXIGE DETERMINADA CONDIÇÃO PESSOAL DO AUTOR DA PRÁTICA DO ATO ILÍCITO – AS CONDUAS ANTERIORES À POSSE É QUE SE INFEREM NOS VERBOS NUCLEARES DO TIPO PENAL – MODALIDADES TÍPICAS (INGRESSAR, PROMOVER, INTERMEDIAR, AUXILIAR OU FACILITAR A ENTRADA) QUE PODEM ALCANÇAR A PESSOA DO PRESO, SEJA ELE O DESTINATÁRIO OU NÃO DO APARELHO DE TELEFONIA MÓVEL – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO – DENÚNCIA RECEBIDA A FIM DE DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL. (TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.700420-8. SÉTIMA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: OSMAR MOHR. JULGAMENTO EM 15/10/2012) ..... 171

APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME DE RECEPÇÃO CULPOSA – ELENCO PROBATÓRIO SUFICIENTE – NEGLIGÊNCIA AO ADQUIRIR PRODUTO QUE DEVERIA SABER PRODUTO DE CRIME – INEXISTÊNCIA DE CRIME DE BAGATELA – DESPROVIMENTO. (TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.300065-3. QUINTA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 25/04/2012) ..... 176

CONTRAVENÇÃO PENAL – DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – RÉU COM DIREITO A PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO – FALTA DE OPORTUNIZAÇÃO – NULIDADE FLAGRANTE – RECURSO PROVIDO. APELAÇÃO CRIMINAL – EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR - CONTRAVENÇÃO PENAL – JOGO DO BICHO – ENCARRREGADO DE COLETAR E REALIZAR O TRANSPORTE DAS APOSTAS – FATO ANTIJURÍDICO E TÍPICO – RECURSO DESPROVIDO. **(TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.300309-9. TERCEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 25/04/2012).....180**

APELAÇÃO CRIMINAL – ANIMAIS EM CATIVEIRO ( DOIS TUCANOS) – AUSÊNCIA DE NOTÍCIAS DE MAUS-TRATOS – ANIMAIS FORA DE RISCO DE EXTINÇÃO – PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL APLICÁVEL, NO CASO CONCRETO - CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA POR FUNDAMENTO DIVERSO – DESPROVIMENTO **(TJSC. APELAÇÃO CRIMINAL N. 2012.300116-7. TERCEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: MARCIO ROCHA CARDOSO. JULGAMENTO EM 18/04/2012)..... 185**

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - INCABIMENTO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS - ENUNCIADO CRIMINAL Nº 48 DO FONAJE - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE, DESDE QUE OBEDECIDOS OS REQUISITOS DA APELAÇÃO CRIMINAL, PREVISTOS NO § 1º DO ART. 82 DA LEI Nº 9.099/95 - RECURSO CONHECIDO. **(TJSC. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 2010.100319-4. PRIMEIRA TURMA DE RECURSOS. JUIZ: ANTONIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO. JULGAMENTO EM 17/06/2010) .....191**

---

## TJSE

---

HABEAS CORPUS – PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM – ART 132 CP – DESCUMPRIMENTO DE TRANSAÇÃO PENAL – INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL – CONDUÇÃO DE MOTOCICLETA SEM

CAPACETE – TRANSPORTE DE PASSAGEIRO SEM CAPACETE - ATIPICIDADE DA CONDUITA – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ARTIGO 244 DO CTB - *HABEAS CORPUS* VIA EXCEPCIONAL PARA O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - ORDEM CONCEDIDA. (TJSE. HC 201301001304. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUÍZA: CLÉA MONTEIRO ALVES SCHLINGMANN. JULGAMENTO EM 23/04/2013) ..... 202

RECURSO INOMINADO. DESACATO. SUBSTITUIÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO, A CONTRARIO SENSU, DO ART. 44, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJSE. APELAÇÃO 201201007066. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: DIÓGENES BARRETO. JULGAMENTO EM 18/04/2013) ..... 210

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE DESACATO. EXPEDIÇÃO DE DECRETO CONDENATÓRIO PELO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO ESPECIAL. ANTERIOR DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 60 DA LEI N. 9.099/95, PROMOVIDA PELA LEI N. 11.313/2006, QUE IMPLICOU NA REMESSA DO FEITO AO JUIZADO ESPECIAL PARA APURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 331 DO CÓDIGO PENAL, REMANESCENDO NO JUÍZO CRIMINAL COMUM OS DELITOS TIPIFICADOS NO ARTIGO 129, PARÁGRAFO 1º, INCISO I, DO ESTATUTO REPRESSIVO, E ARTIGO 306 DA LEI N. 9.503/1997. IMPOSSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE AFASTADA E NULIDADE DO FEITO RECONHECIDA. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMUM, ANTE A FLAGRANTE CONFIGURAÇÃO. (TJSE. APELAÇÃO 201101000834. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: MARCOS DE OLIVEIRA PINTO. JULGAMENTO EM 15/02/2012)..... 213

APELAÇÃO CRIME. CONTRAVENÇÃO DE EMBRIAGUEZ (LCP, ART. 62) E DELITO DE RESISTÊNCIA (CP, ART. 329). DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CONCURSO MATERIAL

CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO. (TJSE. APELAÇÃO 201100900772. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: MARCOS DE OLIVEIRA PINTO. JULGAMENTO EM 01/03/2012)..... 228

APELAÇÃO CRIMINAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO. CRIME DE LESÕES CORPORAIS. ARTIGO 129, DO CÓDIGO PENAL. COMPROVAÇÃO DA AUTORIA E DA OCORRÊNCIA DO DELITO. PROVA TESTEMUNHAL UNÍSSONA. PROVA PERICIAL CORROBORANTE. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. DOSIMETRIA DA PENA EQUANIMAMENTE APLICADA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJSE. APELAÇÃO 201100900899. TURMA RECURSAL DO ESTADO DE SERGIPE. JUIZ: MARCOS DE OLIVEIRA PINTO. JULGAMENTO EM 22/09/2011) ..... 245